

Comunicado da Moção Q sobre as eleições autárquicas e os caminhos para a esquerda

1. Das eleições autárquicas do passado dia 26 de setembro resultou um fortalecimento político da área da direita e uma consolidação do espaço da extrema-direita. O abuso do “argumento da bazuka” por parte de António Costa faz com que o resultado eleitoral seja visto como uma sanção ao seu oportunismo eleitoralista, mas também a toda a sua governação. Assim, em vésperas de negociação do Orçamento de Estado de 2022, o clima político mudou, apesar do país continuar a viver entre a promessa dos milhões europeus e a ameaça da crise pós-pandémica.

2. O Bloco de Esquerda obteve um mau resultado eleitoral. Salvo honrosas exceções, houve uma descida generalizada das votações um pouco por todo o país, com a consequente perda de lugares de representação autárquica. Por ser generalizada, a descida encerra, portanto, lições sobre rumos políticos gerais. É impossível não ver nelas um julgamento sobre o caminho que tem vindo a ser seguido e os seus impasses. É preciso resgatar uma política que não se encosta porque as grandes questões do nosso tempo não se resolvem através de pequenos acordos.

3. Deste resultado deveremos tirar também lições autárquicas. A estratégia autárquica da direção do Bloco, construída à volta do acordo de Lisboa, da aceitação de pelouros e da sua possível propagação em mini-geringonças, em que se publicitaria mais a “obra feita” no pelouro do que se disputaria o rumo do governo local e uma outra ideia de comunidade, falhou. Em Lisboa, e à sua volta, não houve efeito de crescimento ou de contágio, antes pelo contrário. Já para não falar que a aposta lisboacêntrica é igualmente uma determinante neste fracasso.

4. A responsabilidade pela debilidade persistente do Bloco nas eleições locais não deve ser assacada apenas às vicissitudes da política e estruturas locais. Pelo contrário, deve ser assumida como fruto de um partido altamente centralizado ao nível nacional e em que as estruturas concelhias continuam muitas vezes bastante dependentes do nível distrital. Portanto, para mudar, são precisas, para além de mudanças estratégicas, também organizativas sobre as quais o partido deveria começar já a pensar sem os habituais mecanismos de defesa do conservadorismo organizativo do “é assim porque sempre se fez assim” ou da defesa clubística da política da direção de que “está sempre tudo bem, o problema é de quem critica”. Aceitar as fragilidades é um primeiro passo para as superar, não temer transformações de fundo uma condição necessária para ser uma força de transformação das nossas vidas.

5. O crescimento da extrema-direita, que se consolida a nível nacional, inclusivamente em locais onde a esquerda foi historicamente hegemónica, amplifica a necessidade de a esquerda ser assumidamente radical e alternativa ao capitalismo.

6. Ao nível local, o trabalho urgente continua a ser, como afirmávamos na Convenção do Bloco, “a promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o terefismo” e a criação de “dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade”. A política local não se pode esgotar na participação institucional mas, mesmo nela, o Bloco “deve propor-se a ir muito mais além do que ser meramente um bom gestor municipal, procurando mudar paradigmas políticos autárquicos”. A partir de agora, é mais urgente do que nunca percorrer este caminho. Sem atalhos.